

Rogério Sanches Cunha
Renee do Ó Souza

LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL

Lei 12.846/2013

5^a edição
Revisão e atualização
**revisão, atualizada
e ampliada**

2023

 **EDITORA**
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Lupe Comunicação e Design (lupecomunicacao@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

C977I Cunha, Rogério Sanches.
Lei Anticorrupção Empresarial / Rogério Sanches Cunha e Renee do Ô Souza – 5.ed.,
rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Juspodivm, 2023.
352 p.

Inclui Bibliografia
ISBN: 978-85-442-4473-9

1. Direito Empresarial. 2. Legislação. 2. Anticorrupção Empresarial I. Cunha, Rogério
Sanches. II. Souza, Renee. III. Título.

CDD 342.2

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL
Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL

Introdução e panorama internacional do combate à corrupção.....	25
Natureza jurídica.....	34
Fundamento constitucional.....	39

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º.....	44
Sujeitos ativos dos atos ilícitos da Lei Anticorrupção	44
Não concorrência com o sistema da Lei de Improbidade Administrativa.....	46
Sujeito Passivo dos atos ilícitos da Lei Anticorrupção	47
Art. 2º.....	49
Art. 3º.....	54
Responsabilidade dos dirigentes.....	54
Art. 4º.....	58
Sucessão de pessoas jurídicas.....	59
Alienação de empresa falida e sucessão das obrigações anticorrupção.....	60

CAPÍTULO II

DOS ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL OU ESTRANGEIRA

Art. 5º.....	60
Introdução aos tipos da Lei Anticorrupção.....	
Rol exemplificativo	63
Corrupção privada	64

LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL

Conceito de administração pública	65
Corrupção ativa	66
Financiamento à corrupção.....	70
Utilização dissimulada de interposta pessoa.....	72
Fraude ao caráter competitivo da licitação.....	74
Perturbação de processo licitatório.....	79
Afastamento de licitante	80
Estelionato licitatório.....	81
Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo.....	85
Manipulação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.....	87
Obstrução da investigação.....	89

CAPÍTULO III

DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 6º.....	91
Introdução.....	92
Pena de multa.....	95
Publicação extraordinária da decisão condenatória	97
Dosimetria das penas	98
Art. 7º.....	101
Circunstâncias e parâmetros para fixação da pena e a discricionariedade regrada	102
Teoria das margens.....	103
Definição de <i>compliance</i>	111
Parâmetros de um programa de integridade	117
<i>Compliance Officer</i>	125
A posição de garante do <i>Compliance Officer</i> na legislação brasileira.....	128
Efeitos do <i>Compliance</i>	136
Natureza da norma que instituiu o programa de integridade ou <i>Compliance</i> ...	139
<i>Compliance</i> como instrumento de combate à corrupção	144
Avaliação dos programas de integridade/ <i>compliance</i>	147
Critérios avaliativos dos programas de integridade/ <i>compliance</i>	149
Primeiro aspecto na avaliação: as condições de constituição do programa de integridade pela pessoa jurídica	150

Segundo aspecto na avaliação: as condições de aplicação do programa de integridade na atividade rotineira da pessoa jurídica.....	154
Terceiro aspecto na avaliação: a atuação concreta da pessoa jurídica quando da ocorrência do ato ilícito em apuração	159
As provas da efetividade do programa de integridade	161
Prognóstico do <i>Compliance</i>	162
<i>Compliance</i> criminal.....	164
<i>Compliance</i> em direitos humanos	171
<i>Compliance</i> administrativo ou público.....	171
<i>Compliance</i> ambiental	173
<i>Compliance</i> trabalhista.....	173
<i>Compliance</i> tributário.....	174
<i>Compliance</i> bancário.....	174
<i>Compliance</i> digital	174
<i>Compliance</i> desportivo.....	175
<i>Compliance</i> médico.....	175

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

Art. 8º.....	176
Introdução.....	176
Verificação preliminar.....	178
Legitimidade ativa para processo administrativo	183
Delegação da competência para instaurar o processo administrativo.....	183
Competência da CGU.....	184
Art. 9º.....	185
Legitimidade administrativa para ilícitos internacionais.....	185
Art. 10	186
Regime constitucional do processo administrativo.....	187
Comissão processante.....	188
Procedimentos gerais.....	190
Art. 11	193
Direito de defesa no processo Administrativo.....	193

LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL

Art. 12	195
Relatório final, alegações finais, julgamento e recurso	195
Art. 13	197
Procedimento de reparação de danos	198
Art. 14	198
Desconsideração da personalidade jurídica.....	198
Art. 15	202
Comunicação ao Ministério Público	202

CAPÍTULO V

DO ACORDO DE LENIÊNCIA

Art. 16	203
Conceito e origem do Acordo de Leniência.....	205
Fundamento convencional do Acordo de Leniência	209
Natureza Jurídica do Acordo de Leniência.....	209
A ética do Acordo de Leniência.....	210
Condições do Acordo de Leniência.....	213
Requisitos do Acordo de Leniência	216
Legitimidade para celebração do Acordo de Leniência.....	223
Papel do Tribunal de Contas no Acordo de Leniência.....	228
Acordos de Leniência e o problema da legitimidade concorrente e disjuntiva	230
Efeitos do Acordo de Leniência.....	232
Limites e condições possíveis em um Acordo de Leniência.....	236
Cláusulas mínimas do Acordo de Leniência	238
Publicidade do Acordo de Leniência	245
Proposta de Acordo de Leniência recusada.....	245
Descumprimento do Acordo de Leniência	248
Revisão e Modificação do Acordo de Leniência.....	251
Homologação do Acordo de Leniência	252
Impossibilidade de modificação das cláusulas negociadas.....	254
Valor probatório das declarações prestadas em um Acordo de Leniência	255
Anulação do Acordo de Leniência	256
Interrupção da prescrição	256

Art. 17	257
Acordo de leniência e acordo de não persecução cível.....	257
Acordo de Leniência nas infrações da Lei de Licitações	257

CAPÍTULO VI DA RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL

Art. 18	259
Instância civil de responsabilidade da pessoa jurídica	259
Art. 19	260
Legitimidade ativa para ação de responsabilidade objetiva por ato de corrupção.....	261
Sanções cíveis ou judiciais previstas na Lei Anticorrupção.....	263
Rescisão do contrato.....	269
Art. 20	270
Responsabilidade Judicial suplementar à administrativa	270
Art. 21	271
Microsistema da ação coletiva.....	271
Competência	272
Considerações gerais	272
Condenação em reparar o dano	275
Obrigatoriedade da execução da ação coletiva	276

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22	276
Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.....	277
Art. 23	280
Dever de informação	280
Art. 24	281
Destinação dos valores e bens decorrentes da aplicação da Lei	281
Art. 25	283
Prescrição.....	283

LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL

Prescrição intercorrente	287
Art. 26	288
Art. 27	288
Dever de agir da autoridade pública.....	288
Art. 28	290
Aplicação extraterritorial	290
Art. 29	291
Art. 30	291
A independência da Lei Anticorrupção em face da Lei de Improbidade	292
Efeitos transversais do Acordo de Leniência	295
Independência da Lei Anticorrupção em face da Lei de Licitações.....	304
Art. 31	305
Quadro comparativo entre Lei de Improbidade e Lei Anticorrupção Empresarial.....	305
Bibliografia	311
Periódicos.....	321

ANEXOS

ANEXO 1

<i>Checklist</i> de programa de integridade ou <i>compliance</i>	325
--	-----

ANEXO 2

Modelo de Acordo de Leniência.....	333
------------------------------------	-----

ANEXO 3

Modelo de ação por prática de ato ilícito previsto na Lei 12.846/2013.....	341
--	-----